



# Adriana Ramos

Especialista em políticas públicas e assessora do Instituto Socioambiental (ISA) desde 1995, Adriana Ramos atua no campo das políticas públicas socioambientais há mais de 25 anos. Ao longo deste percurso, trabalhou em importantes frentes, como quando representou o Fórum Brasileiro de ONGs no Comitê Orientador do Fundo Amazônia, de 2008 a 2013, e também integrou a Diretoria Executiva da Associação Brasileira de ONGs (Abong). Na entrevista, ela traça panorama da atual perspectiva brasileira no que se refere ao meio ambiente, com especial atenção às políticas públicas, ao crescimento do desmatamento, e ao impacto da Amazônia no combate às mudanças climáticas. Nesta seara, o embate do governo brasileiro com os governos da Alemanha e da Noruega, financiadoras do Fundo Amazônia e que se opõem às alterações pretendidas pelo Ministério do Meio Ambiente, é analisado por ela, que alerta para os riscos embutidos na

decisão: “O Fundo é hoje a única fonte de apoio a projetos de municípios, estados e até mesmo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)”. Com ampla legislação acerca da temática ambiental, o Brasil possui papel central na preservação do meio ambiente, principalmente por abrigar a maior floresta tropical do mundo, que guarda 20% da diversidade da fauna de todo o planeta. Mas este avanço jurídico abarcado pela Constituição Federal e pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) sofre com as inúmeras alterações na legislação, entre elas, o Código Florestal de 2012. A flexibilização da legislação e o afrouxamento nas ações de fiscalização, avalia Adriana, contribuem para o cenário atual. Diante da complexidade dos desafios, falta vontade para efetivação das políticas públicas em ações concretas, com impactos reais na proteção ao meio ambiente, analisa a especialista.

**- O desmatamento na Amazônia tem crescido e alcançado patamares históricos, tendo atingido nível recorde em maio, conforme o Inpe. Quais são as causas deste aumento?**

- Há uma sensação de impunidade generalizada que está estimulando essa dinâmica. O afrouxamento nas ações de fiscalização, as expectativas de flexibilização da legislação, o discurso governamental contra o controle ambiental, tudo isso contribui para esse cenário.

**- Qual é o papel da maior floresta tropical do mundo e do Brasil no combate à crise climática?**

- A Amazônia cumpre um papel de regulador climático global, e é reconhecida como responsável pela produção das chuvas que caem no nosso continente, fenômeno chamado de rios voadores. O Brasil ganhou destaque global como líder na agenda de mudanças climáticas quando conseguiu reduzir os desmatamentos significativamente e com isso deu a maior contribuição de um país na redução de emissões de gases causadores do efeito estufa. Infelizmente, o país está abandonando essa posição por ter entre seus ministros, hoje, alguns negacionistas climáticos.

**- Possível mudança no Fundo Amazônia tem causado mal-estar entre os governos do Brasil, Alemanha e Noruega. Como está hoje, o Fundo atende aos acordos realizados em prol da diminuição da emissão de carbono? E há chance de se perder os aportes financeiros internacionais caso as mudanças sejam levadas a termo?**

- O Fundo recebe recursos de acordo com reduções já realizadas, pois é um mecanismo de pagamento por resultados. A tendência de aumento dos desmatamentos tende a reduzir a capacidade de captação de recursos pelo Fundo. Ao mesmo tempo, o Fundo é hoje a única fonte de apoio a projetos de municípios, estados, e até mesmo do Ibama, que contribuem para redução dos desmatamentos e a conservação e o uso sustentável das florestas. O Fundo se espelha nas experiências bem-sucedidas e suas diretrizes são definidas em comum acordo entre governo federal, governos estaduais e representantes da academia, da indústria, dos povos indígenas, dos agricultores familiares e das ONGs. O atual ministro do Meio Ambiente nem reuniu o comitê que existe e já propôs alterações que vão contra o que está previsto nos acordos que embasaram a criação do Fundo. Como o ministro propôs mudanças que não são aceitáveis de acordo com os contratos assinados, a sinalização é de que o governo brasileiro não tem interesse em manter o Fundo, o que é coerente com a antipolítica ambiental que o Ministério do Meio Ambiente está fazendo.

“O Brasil ganhou destaque global como líder na agenda de mudanças climáticas quando conseguiu reduzir os desmatamentos significativamente e com isso deu a maior contribuição de um país na redução de emissões de gases causadores do efeito estufa. Infelizmente, o país está abandonando essa posição por ter entre seus ministros, hoje, alguns negacionistas climáticos”

**- A ONG Conservação Ambiental divulgou estudo que aponta que o Brasil, ao lado dos Estados Unidos, lidera ranking das alterações em legislação ambiental. Estas modificações representam avanço ou retrocesso?**

- Desde 1988, o Brasil vem avançando no desenvolvimento de uma legislação ambiental condizente com a Constituição e com a política nacional do meio ambiente prevista numa lei de 1981. Foram 30 anos de desenvolvimento dessa legislação, que vem sofrendo com alterações e flexibilizações há alguns anos, sendo o Código Florestal o maior exemplo disso, alterado em 2012. Hoje, as propostas que estão apoiadas pelo governo representam grande retrocesso.

**- Existe uma disputa pela Funai no atual governo, bem como pelo poder de demarcar as terras indígenas - cenário que envolve ainda o Congresso Nacional. Quais são os principais riscos para o país com o desmonte das políticas indigenistas?**

- A Constituição Federal de 1988 consagrou o direito dos povos indígenas de usufruto exclusivo de seus territórios tradicionais e cabe ao governo cumprir o que está estabelecido na Carta Magna. O desmonte das políticas indigenistas coloca esses povos em situação de vulnerabilidade, bem como seus territórios, que sofrem com invasões e exploração ilegal de diversas naturezas.

**- De acordo com a ONG britânica Global Witness, o Brasil foi o país mais letal para ativistas e defensores da terra e do meio ambiente em 2017. A flexibilização do porte de armas tende a piorar este cenário?**

- Sem dúvida, a flexibilização do porte de armas tende a agravar essa situação, deixando ainda mais vulneráveis as lideranças comunitárias.

**- Diante do esvaziamento das políticas públicas para o meio ambiente, o Brasil conseguirá cumprir as metas do Acordo de Paris?**

- Até agora não há nenhuma sinalização do governo sobre quais políticas serão desenvolvidas ou apoiadas no sentido de garantir o cumprimento das metas do acordo. Ao contrário, a ação do Ministério do Meio Ambiente no Fundo Amazônia vai na contramão, uma vez que o Fundo realizou a maior chamada pública para projetos de restauração florestal, mas a análise dos projetos está paralisada.

**- Qual é o principal entrave no Brasil para o desenvolvimento sustentável?**

- A falta de vontade política é historicamente o grande entrave. Hoje ela é agravada pelo negacionismo climático e pelos interesses da parcela mais atrasada do agronegócio brasileiro, que ainda defende o direito de desmatar.